

A importância do técnico na sociedade moderna

Quando se pretende focalizar um tema como o aqui proposto, nada deve ser tentado antes que se definam os termos de proposição. Assim sendo, vale dizer que o *técnico* será considerado como uma categoria profissional que, após uma instrução básica de nível médio, recebe um treinamento especial para desempenhar tarefas que exigem uma determinada qualificação, sem que, no entanto, haja necessidade de uma maior especialização e de

conhecimentos teóricos de um técnico de nível superior. A *Sociedade moderna* será entendida dentro daquela concepção que constitui o pólo oposto da sociedade tradicional. Entendida, portanto, como uma sociedade cujas normas e valores são orientados para a aceitação de um processo constante de mudança, em contraposição a uma situação em que se procura, a todo custo, preservar o esquema de valores vigentes. Nelas, os *status* são, em ge-

ral, baseados em características adquiridas e não em características atribuídas, como nas sociedades tradicionais. Mesmo sem aceitar tal tipologia em todo seu rigor, por não se acreditar na possibilidade da existência de "tipos puros" de sociedades modernas ou tradicionais, vistas como pólos estáticos, pode-se lançar mão desse artifício para que melhor se entenda o que se passa no decorrer do processo de desenvolvimento, tomando cuidado para não se perder a visão dinâmica do processo.

De qualquer forma, pode-se admitir que a distribuição da mão-de-obra nas sociedades do tipo tradicional é, normalmente, feita como uma concentração no setor primário, isto é, na agricultura. Na medida em que a sociedade vai se desenvolvendo, a mão-de-obra tende a ser deslocada subsequente do setor primário para o secundário ou industrial e deste para o terciário ou dos serviços.

Nos primeiros momentos do processo de desenvolvimento econômico, a educação pode ser entendida ou aceita tendo apenas uma dimensão social, sem que tal fato chegue a causar prejuízos mais relevantes. É possível até pensar-se na formação de uma elite intelectual. No entanto, a partir do instante em que o desenvolvimento passa a constituir uma situação normal e inerente à sociedade, é indispensável que se duzir pequenos grupos a altos níveis culturais, mas sim orientar-se no sentido de procurar au-

pense na educação com uma outra dimensão, que é a econômica. Dentro desse momento histórico, seria um absurdo formar uma elite intelectual. Mais do que em qualquer outro momento, a educação teria que deixar de funcionar como instrumento de formação de uma elite política e intelectual, senão mesmo como um canal de prestígio, para se preocupar com a tarefa paralela de criação de uma força de trabalho capaz de atender às necessidades objetivas dos diferentes setores da economia. A partir, portanto, do instante em que o desenvolvimento passa a representar a tônica de uma sociedade, torna-se impossível, porque prejudicial, encarar-se a escola dentro daquela perspectiva puramente social, sob pena de vê-la funcionar não como um agente dinamizador das próprias transformações necessárias à continuidade do desenvolvimento, mas como um instrumento que, se não impede, pelo menos dificulta tais modificações.

Deduz-se que em uma área em desenvolvimento o sistema educacional não se deve limitar a comentar a produtividade do trabalho e a valorização de cada membro da sociedade. É a essa altura que o sistema educacional não pode fugir ao imperativo de, paralelo ao atendimento das necessidades sociais da população, procurar criar condições para a formação de uma mão-de-obra qualificada, visando engajá-la nas funções e atividades impostas em cada momento do desenrolar do processo de desenvolvi-

mento. Não é, como talvez possa parecer, que se admita a existência de um tipo de educação — a tradicional — que não prepara o estudante para nada, ao lado de um outro modelo — a educação profissional — que o qualifica para o desempenho de atividades e funções específicas. O que se quer colocar é exatamente que elas não devem ser vistas como realidades isoladas. São, pelo contrário, aspectos de uma mesma realidade em processo. A educação com a perspectiva social deve ser dada, progressivamente, tanto quanto possível, indistintamente, a todos que atinjam a idade escolar. A perspectiva econômica é uma complementação da primeira, na medida em que visa qualificar e encaminhar os indivíduos para preencher os quadros funcionais que se organizam em decorrência do desenvolvimento sócio-econômico de uma determinada área. Sabe-se que o desenvolvimento pressupõe e implica em determinadas mudanças na estrutura social e que essas transformações não se processam espontaneamente ou, pelo menos, dificilmente o fazem, mas que, bem ao contrário, são os homens que se operam, atuando de maneira socialmente organizada, ainda que condicionadas pelas situações existenciais em que se encontram. Assim sendo, é fácil deduzir-se não ser possível ao homem promover tais transformações, dentro de uma perspectiva racional, sem que esteja devidamente preparado, prepara-

ção essa que adquire, em grande parte, através da educação formal.

De tudo quanto foi colocado até aqui uma conclusão pode ser tirada, a fim de que, a partir dela, se possa tentar delinear a importância do técnico na sociedade moderna. Nesse caso, parece fora de dúvida que a educação deve ser entendida e definida com um meio eficiente de preparar o homem para o desempenho de papéis, visando a sua incorporação e participação no processo de produção da sociedade em que vive. Considerou-se o progressivo deslocamento da mão-de-obra de uma área em desenvolvimento, do setor primário para o secundário e deste para o terceiro. Por outro lado, registrou-se a necessidade da preocupação que deve haver, na medida em que esse processo vai ocorrendo, no sentido de tornar a educação objetivamente voltada para uma finalidade prática. É a partir destas considerações que se deve analisar a função da escola em cada um dos três níveis de ensino tendo sempre em vista que o mais importante é dar ao educando um meio de integrar-se à sociedade.

Hoje, qualquer que seja o grau de desenvolvimento de uma área, a função da escola é praticamente a mesma nos três níveis, uma vez que há sempre uma perspectiva de preparação para o futuro. É evidente que os países que estão nas etapas iniciais do processo são pressionados e

levados a sacrificar a qualidade pela quantidade, a fim de que não seja invalidado o esforço que fazem para a superação do analfabetismo. De qualquer modo, as mudanças quantitativas são válidas porque é certo que do seu acúmulo surgirão as transformações qualitativas, assim como também é de toda utilidade que forças contrárias continuem atuando dentro de uma mesma unidade social, visando a continuidade do processo, até que a educação, voltada para uma profissionalização ajustada, em lugar de ser considerada como um meio de consumo, seja entendida como um investimento.

No caso da sociedade brasileira, cujo processo de evolução histórica tem sempre se caracterizado por uma dependência externa, deve haver um empenho todo especial pela concretização das principais mudanças na estrutura do ensino, a fim de que esta força se some a muitas outras e que juntas possam interferir e promover mudanças na estrutura global, cuidando de evitar que a profissionalização se pautem em moldes que não estejam em consonância com as reais necessidades da sociedade.

Dentro do quadro que se vem procurando esboçar, pode-se considerar que a finalidade principal do ensino de nível elementar, para a realidade brasileira, é a alfabetização, de modo que possa preparar todos que atinjam a idade escolar para uma participação efetiva na socieda-

de em mudança ou, pelo menos, em franco processo de modernização. Não é preciso que haja uma preocupação específica de profissionalização no nível elementar, embora não se queira tirar os méritos de escolas que têm tal objetivo, quando se destinam a uma camada economicamente menos favorecida da população, tendo em vista que, ali mesmo, muitos deixam de estudar e podem, nos casos em que recebem uma formação profissional, utilizá-la para um imediato ou posterior engajamento no processo de produção. Embora a finalidade da escola de nível elementar não deva ser essencialmente a de profissionalizar, há os casos em que esta não é só necessária como indispensável, inclusive porque se não capacitar o educando imediatamente para o desempenho de uma atividade, vai apenas elevar o seu nível de aspiração acima das suas possibilidades reais. Por outro lado, a idade normal em que o aluno freqüenta a escola primária constitui um obstáculo à profissionalização e as dificuldades impostas para a implantação de oficinas que possam acompanhar o processo de modernização são muitas, principalmente quando não funcionam com fins lucrativos atendendo às exigências de um mercado consumidor.

O problema da educação de nível médio é muito mais complexo não só pela sua própria essência, como porque é para ela que está voltada a atenção

especial das considerações deste trabalho.

Quando se admite a necessidade de uma ampliação constante da rede de ensino elementar, logo se deduz a contingência de abrir novas vagas nas escolas de nível médio, sendo essa uma tarefa das mais importantes de um planejamento de educação para o desenvolvimento. É que os concluintes de nível médio representam a fonte principal onde se pode encontrar o pessoal que vai desempenhar tarefas da maior responsabilidade dentro de uma sociedade em processo de desenvolvimento. A formação de professores, gerentes, técnicos em administração, empresários de um modo geral, técnicos agrícolas e industriais, capatazes, e de uma gama imensa de profissionais responsáveis pela manutenção e equilíbrio do processo de mudança de uma determinada área está sob a responsabilidade total de escola de nível médio. Daí que se possa aventar a hipótese, senão mesmo assegurar que, na medida em que uma área avança no seu processo de desenvolvimento, cresce, não só o número de jovens que frequentam a escola de nível médio, mas também o percentual de participação com relação aos outros níveis. A despeito de toda sua importância, surge em consequência do próprio crescimento da rede de ensino secundário, uma situação das mais paradoxais, nas áreas em desenvolvimento. Os jovens que terminam um curso de nível médio têm

todo empenho para galgar a universidade porque a vêm como um canal de mobilidade social ascendente. Tal situação conduz o governo a tomar medidas no sentido de ampliar as vagas da universidade, a fim de que possa receber o maior número possível dos que nela querem ingressar. Tratando-se de um país, como é o Brasil, que não dispõe dos recursos suficientes para manter cursos técnicos, porque custam muito mais do que aqueles que dão uma formação básica, é de se imaginar que para se proceder a ampliação de vagas nos cursos técnicos haja sempre uma resistência bem maior do que nas áreas desenvolvidas. Resulta daí que os gastos com o ensino universitário, nas áreas em início dos processos de desenvolvimento e modernização, são sempre mais elevados do que os necessários, além de quase sempre serem mais ou menos afastados das necessidades reais. Tanto é verdade o que se acaba de ponderar que já se começa a observar, no próprio caso do Brasil, um fato concreto, ainda que constrangedor. Há um grande número de profissionais liberais sem um engajamento adequado, aceitando, inclusive, tarefas que podem ser desempenhadas por aqueles que têm apenas o nível médio, enquanto que, paralela a tal situação, uma já visível carência de técnicos de todos os níveis mas essencialmente de nível médio. Não é que o País prescindia daquela dupla função da universidade, qual seja

a de propiciar uma educação liberal, formar profissionais liberais destinados a desempenhar as tarefas que podem ser admitidas como as de direção em uma sociedade mas, ao mesmo tempo, formar e treinar uma mão-de-obra especializada para atender às necessidades de técnicos de alto nível. O que se quer deixar patente é a necessidade de percepção da exata medida de proporcionalidade entre os dois aspectos, a fim de que não se agrave uma situação que é muito comum nas áreas em comêço de desenvolvimento e modernização, situação em que o fazer um curso universitário nem sempre implica numa melhora de condição econômica, tomando a carreira feita como canal de mobilidade, uma vez que o profissional pode ser obrigado a desempenhar função que nada tem de relacionada com sua profissão.

Fica patente, portanto, a necessidade de ampliar muito mais a rêde de ensino de nível médio do que mesmo a de ensino superior. Não só parece comprovado para o ensino básico, como ainda para o técnico. O primeiro porque proporcionará um ensino mais amplo para todos, e o segundo porque cuidará da orientação para um treinamento especializado nos diferentes setores da economia. E ambos, vale ressaltar, porque atenderão mais de imediato, tanto à integração do educando no processo de produção, como à conseqüente dinamização do pro-

cesso de mudança, desde que permitem a preparação de uma mão-de-obra necessária para preencher os quadros funcionais, dentro de uma medida mais ajustada.

É indispensável, porque da maior importância, uma observação sobre os obstáculos que surgem para a implantação de uma rêde de ensino técnico de nível médio, sem esquecer que o fundamental não é manter custos baixos, mas, ao contrário, assegurar uma educação de alta finalidade para uma população escolar que, como se sabe, cresce progressivamente. Com relação ao ensino básico, as barreiras não são muito grandes ou, pelo menos, são mais fáceis de contornar. Quando, no entanto, se trata de cursos técnicos, a primeira dificuldade que surge é a relativa à contratação de professores devidamente capacitados, não só pela sua relativa escassez como, mais ainda, pelo elevado custo em que implica. Ao lado disto, um outro aspecto deve ser visto com todo cuidado, que é o referente à validade da instalação das escolas — oficiais. À primeira vista pode parecer indiscutível tal colocação, argumentando-se que os alunos terão a possibilidade, e só assim a terão, de receber um treinamento objetivo que os capacitará para o desempenho das tarefas que terão de enfrentar no curso de sua vida profissional. Não se desconhecem, porém, as dimensões dos investimentos que se fazem necessários para a concre-

tização de um empreendimento de tal ordem. Até aí tudo correto, na medida em que se entenda que a educação deve ser vista como um investimento e não somente como uma forma de consumo. Imagine-se, porém, que exigir que cada escola deva funcionar como uma autêntica oficina é um absurdo, tanto mais quando se trata de países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, onde se sabe que os gastos com a implantação e manutenção das oficinas revertiriam na necessidade lógica de reduzir a dimensão da rede de ensino e, conseqüentemente, da população atendida. Por outro lado, os constantes progressos no campo da técnica provocariam, entre outras conseqüências, a desatualização das oficinas. Nesse caso, a sua imediata recuperação ou renovação teria de ser feita a fim de que a escola não perdesse a sua finalidade porque estaria preparando técnicos treinados com uma aparelhagem que não iriam encontrar nos trabalhos práticos que enfrentariam depois. Assim, sem perder a condição de escola técnica, o seu papel deve ser mais voltado para a orientação profissional dos alunos e o encaminhamento dos mesmos para as oficinas das empresas que, possivelmente, constituirão o seu campo de trabalho, no futuro. Tal colocação é ainda mais válida quando se trata de áreas que não possuem grandes recursos econômicos que possam, depois do sacrifício de realizar um investimento, ver a

sua validade superada dentro de relativo espaço de tempo.

Se o raciocínio aplicado aqui fôsse também aplicado para profissionais de nível superior, talvez fôsse muito mais fácil de ser entendido. Cada escola de Medicina não precisa, por exemplo, ser um hospital, mas o que importa, na verdade, é que os alunos de Medicina trabalhem em hospitais, participando de situações reais e não situações artificiais, criadas para estudo. Da mesma forma, o campo prático de alunos de Agronomia deve ser uma realidade concreta, sujeita, inclusive, às vicissitudes de uma situação real e jamais um campo onde o ideal apreendido e assimilado é bem distante do real vivenciado pela população rural. Aprender o ideal não é condenável, mas o saber aplicá-lo ao real é muito mais importante.

Quando se vem procurando evidenciar a importância do técnico na Sociedade moderna não se deve fugir de uma abordagem onde fiquem perfeitamente definidos três aspectos bastante importantes. Em primeiro lugar, que o técnico cujo papel se quer salientar como da maior importância não é apenas o do setor secundário ou industrial, mas também o técnico em Agricultura, Pecuária ou nos diversos serviços administrativos ou de infra-estrutura, de um modo geral, isto é, não só se considera o técnico vinculado ao setor secundário, mas também aos dois outros setores da economia. Em

segundo lugar, a comprovação da importância do papel desses técnicos na Sociedade moderna e, finalmente, a colocação e análise dos possíveis perigos e desvantagens decorrentes da adoção de técnicas de países adiantados, sem o cuidado de verificar a viabilidade da aplicação em situação completamente diferente.

Quando se salienta a importância da formação de técnicos nos três setores da economia é porque se entende que o desenvolvimento é, basicamente, resultado do esforço humano, seja qual for o ambiente em que o homem viva ou desempenhe suas atividades profissionais. O homem do campo também precisa ser orientado para a realização de um trabalho que vise explorar a terra de forma racional, transformando o campo em um ambiente capaz de fixar a sua população, dentro de razoáveis condições de vida. Sabe-se que isto constitui um problema sério, pois a emigração do campo para a cidade é um dos fenômenos mais discutidos e analisados. Há quem acredite que os jovens que estudam nas escolas rurais emigram para as cidades porque não recebem uma orientação voltada para os problemas da agricultura mas, ao contrário, todo esquema de valores que lhes é oferecido é tipicamente urbano, daí que sejam despertados para conhecer aquele mundo que lhes é estranho. Segundo outros, o problema tem um aspecto diferente, pois acreditam que os jovens do meio rural já vão à es-

cola para buscar um apoio que lhes permita sair do campo e ir para a cidade, pois são os meios de comunicação que despertam o homem do campo para buscar na cidade as facilidades que não encontram no seu ambiente. O meio rural aparece, assim, como um meio hostil para aonde os diplomados nas diversas carreiras universitárias não querem, em qualquer hipótese, ir, preferindo uma situação de subemprego no meio urbano a um emprego seguro e vantajoso no meio rural. Mas, a despeito disto, sabe-se da necessidade de preparar técnicos para trabalharem no meio rural, e da importância que tem tal fato para a dinamização do processo de desenvolvimento econômico e garantia da manutenção do ritmo do ensino. Nem mesmo se discute a importância da formação de uma mão-de-obra dos diversos níveis de qualificação para atender as exigências crescente do setor secundário ou industrial. É que na medida em que uma área se desenvolve, também se constata o crescimento da rede de serviços urbanos, e, por isto, há necessidade de preparar e treinar um razoável contingente da população para desempenhar as funções específicas do setor terciário.

Nos países subdesenvolvidos, ou naqueles que já lutam nas primeiras etapas do processo de desenvolvimento, há uma preocupação muito acentuada em valorizar os cursos de nível superior, em detrimento dos cursos técnicos de nível médio. Isto tem

contribuído para que um número muito grande de diplomados em cursos de nível superior fiquem sem encontrar condições de serem absorvidos pelo esquema de empregos, ou para que êsses diplomados sejam obrigados a aceitar trabalhos para os quais não receberam treinamento específico, enquanto, por outro lado, haja uma carência relativamente acentuada de técnicos de nível médio para ocuparem cargos que lhe são especialmente destinados.

Nas zonas rurais deve haver uma preocupação definida, a partir mesmo da escola primária, de dar uma orientação a mais generalizada que possa, vinculada à própria realidade material e profissional do meio. No Brasil, as tentativas neste sentido são ainda muito pouco consistentes. Não se tem notícias de empreendimentos como os realizados no Chile, por exemplo, em que "foram criadas escolas-granjas, instituições interessantes que cumprem não apenas as funções de uma escola comum, mas também as de um centro de formação e informação para os agricultores adultos. Com o fim de atender às necessidades das regiões mais afastadas foi criado um tipo de escola ambulante, que leva às crianças e aos adultos conhecimentos de técnica agrícola" (1).

De qualquer forma, o que deve ficar registrado é que as escolas de nível elementar do meio rural devem estar preocupadas, acima de tudo, em iniciar a criança, dando-lhe uma formação básica,

dirigindo sua curiosidade para os fenômenos de ordem natural.

O ensino agrícola de nível médio constitui um problema mais complexo porque as tarefas a serem executadas pelos técnicos dêste nível, o são muitas vêzes, por pessoas que não têm uma formação especial, ou por técnicos de nível superior, que não encontram emprêgo condizente com a sua formação mais especializada. Isto conduz a uma situação em que não pode haver incentivo para frequentar os cursos agrícolas de nível médio.

Quanto ao ensino rural de nível superior, tem-se no Brasil, como em tôda área subdesenvolvida, uma situação a mais paradoxal possível. Há, concretamente, falta de técnicos especializados que tenham condições de impulsionar o progresso técnico no campo da agricultura, mas, ao mesmo tempo, faltam incentivos para a realização dos cursos específicos de nível superior, considerando as dificuldades de emprêgo, já que êsses só podem ser oferecidos em condições plenamente satisfatórias, inclusive de remuneração, quando há uma agricultura suficientemente desenvolvida. O Estado teria de procurar contornar essa situação, dando emprêgo ao maior número possível de engenheiros agrônomos. Como se isto não bastasse, é própria das regiões subdesenvolvidas valorizar muito mais o médico, o engenheiro civil, o eletricitista ou o industrial, do que o veterinário ou o agrônomo. Assim, a preocupação com

o prestígio social tira muito o incentivo para o engajamento em cursos desta natureza.

O que foi salientado com relação ao ensino agrícola parece também ter tóda validade para os cursos industriais e comerciais.

Ainda há em nosso meio um forte preconceito contra os trabalhos relacionados com a agricultura e com certos ofícios que hoje estão ligados à indústria porque os vinculam a um passado histórico em que o escravo, inicialmente, e o ex-escravo ou seu descendente, posteriormente, eram os responsáveis por essas tarefas. A valorização do técnico de um modo geral, e o de nível médio particularmente, há de surgir ou da superação desse preconceito ou da pressão exercida pela própria realidade de uma sociedade em desenvolvimento, embora não sejam desconhecidas as barreiras que se opõem a tal superação. Normalmente existem dificuldades de ordem econômica a impedir em que muitos jovens que gostaria de fazer um curso técnico não o consigam, porque cedo são obrigados a deixar de estudar para trabalhar e ganhar dinheiro, enquanto que muitos que não enfrentam semelhante problema têm as vistas voltadas para a universidade, na esperança de conquistarem uma melhor situação, não entendendo a importância do papel do técnico de nível médio, ou mesmo porque ainda estão imbuídos daquele preconceito.

Diante desse duplo impasse, um dos caminhos a seguir, talvez,

fôsse a combinação do estudo ao trabalho, fazendo com que o estudante tenha condições de estudar e trabalhar ao mesmo tempo, de modo que veja assegurada a sua manutenção, na medida em que vai se preparando melhor. Caso esse caminho não seja seguido, o proletariado brasileiro vai permanecer por muito tempo ainda sem reconhecer a escola como uma agência capaz de promovê-lo e, conseqüentemente, possibilitar sua mobilidade social, através de uma maior qualificação.

Vive-se, no Brasil, um momento de transição em que o esquema de valores vigentes na sociedade parece em desacôrdo com a realidade. Se isto é verdade com relação à estrutura global também o é com relação a estruturas parciais, tais como a do ensino. O momento é dos técnicos, pois é do seu trabalho que depende a continuidade do processo de desenvolvimento já desencadeado, mas ainda não existe uma mentalidade pronta para aceitar plenamente tal fato. Há uma supervalorização de cursos universitários cujo conteúdo dos seus currículos carece de uma preocupação com as exigências da sociedade, em contraposição a um preconceito contra os cursos de formação e treinamento de técnicos. Já existem, é verdade, os ginásios orientados para o trabalho que constituem uma tentativa de valorização dos técnicos. Falta ainda a criação de universidade de trabalho, como já existem em outros países, as quais mantêm,

inclusive, cursos de nível médio, de modo a permitir que os alunos ao terminarem o curso secundário já estejam profissionalizados e prontos para atender as exigências de uma sociedade em mudança. Se, no entanto, o estudante, já então profissionalizado, prefere continuar a carreira, buscando uma maior especialização, dentro do seu campo de trabalho, é orientado para um curso de nível universitário e nêle se engaja com a mesma perspectiva anterior de conjugar a aprendizagem de conhecimentos teóricos com a aplicação prática através da realização de trabalhos objetivos.

Uma última colocação se faz indispensável, embora não se tenha a pretensão de se haver abordado o tema de forma exaustiva, considerada a sua importância. Trata-se da dúvida sobre o futuro das sociedades que cada vez mais vão sendo obrigadas a fazer da técnica sua preocupação central. Será que a máquina vai transformar o homem em um seu apêndice, alienando o seu trabalho, ou será que a máquina é um mero instrumento que não tem valor algum senão quando controlada e acionada pelo homem? Se a cada sistema de produção corresponde um modo de produção, isto é, se ao feudalismo correspondia o trabalho manual e artesanal ou se ao capitalismo corresponde uma forma de produção altamente mecanizada mas que

ainda necessita do homem para que funcione, o que virá no futuro, quando hoje a cibernética e a automação libertam, cada vez mais, o homem das máquinas?

Segundo Kolman, "Ford construiu em Cleveland (Estados Unidos) uma empresa experimental, visitada por jornalistas soviéticos em visita àquela cidade. Há nela uma linha automática de fabricação de blocos de cilindros de automóvel. Seu cumprimento é de 512 metros e contém 42 máquinas que executam 530 operações. Essa fábrica produz 4.600 blocos de seis cilindros por dia. O pessoal se resume a um engenheiro ajustador e um faxineiro. Existem fábricas nas quais de acordo com um esquema impresso montam-se automaticamente aparelhos elétricos, por exemplo, receptores de rádio e televisão e automaticamente as revisam e embalam" (2).

É possível, e há quem o admita, que tais acontecimentos, sejam a comprovação de uma forma de produção em visível desagregação, já (2) que é a sua própria negação. Entretanto, o humanismo que poderia suceder a tal situação ainda está muito longe de ser uma realidade. Enquanto isto, vive-se mesmo é o momento da técnica e é para êle que devem estar voltadas tôdas as preocupações das programações de ensino.

CÉLIA BRAGA

- 1 OIT. Formação profissional e desenvolvimento econômico. In: *Desenvolvimento, trabalho e educação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967. p. 160-193.
- 2 BASBAUM, Leoncio. *Alienação e humanismo*. São Paulo, Fulgor, 1967. p. 145.